

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação à Sétima Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Sexta Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Quinta Edição</i>	XIX
<i>Apresentação à Quarta Edição</i>	XX
<i>Apresentação à Terceira Edição</i>	XX
<i>Apresentação à Segunda Edição</i>	XX
<i>Apresentação</i>	XXI
Capítulo I – Estado	1
1.1. Território	2
1.2. Povo	3
1.3. Governo	3
1.4. Poder	4
1.5. Origem e justificação do Estado	6
1.5.1. Estado Antigo	7
1.5.2. Estado Grego	8
1.5.3. Estado Romano	9
1.5.4. Estado Medieval	9
1.6. Estado de direito	11
1.7. O Estado Moderno	13
1.8. O Estado Liberal e o Estado Social	14
1.9. A crise do Estado Social de Direito	15
1.10. Globalização	18
1.11. Pós-modernidade e a crise do direito legislado	19
Capítulo II – Poder Constituinte	23
2.1. Poder Reformador	25
2.2. Poder Decorrente e suas limitações	26
2.3. Modificação pela mutação constitucional	31
Capítulo III – Constituição	35
3.1. Força normativa	37
3.2. Sistemas constitucionais	40
3.2.1. Sistema inglês	40
3.2.2. Sistema francês	42
3.2.3. Sistema norte-americano	43
3.3. Neoconstitucionalismo	44
3.3.1. O papel dos direitos fundamentais no neoconstitucionalismo	47
3.4. Visão sociológica da Constituição	49
3.5. Visão jurídica da Constituição	50
3.6. Visão política da Constituição	51
3.7. Características da Constituição	52
3.8. Classificações das Constituições	54

3.8.1. Quanto ao conteúdo	54
3.8.1.1. Constituição material	54
3.8.1.2. Constituição formal	55
3.8.2. Quanto à origem	56
3.8.2.1. Constituição promulgada	56
3.8.2.2. Constituição outorgada	57
3.8.3. Quanto à forma	57
3.8.3.1. Constituição costumeira	57
3.8.3.2. Constituição escrita	57
3.8.4. Quanto à estabilidade	58
3.8.4.1. Constituição rígida	58
3.8.4.2. Constituição flexível	58
3.8.4.3. Constituição semirrígida	58
3.8.4.4. Constituição imutável	58
3.8.4.5. Constituição fixa	59
3.8.5. Quanto à extensão	59
3.8.5.1. Constituição sintética	59
3.8.5.2. Constituição analítica	59
3.8.6. Quanto ao modo de elaboração	60
3.8.6.1. Constituição dogmática	60
3.8.6.2. Constituição histórica	60
3.9. Outros tipos de classificações	60
3.10. Diferenciação entre fonte constitucional formal e material	62
3.11. Histórico das Constituições brasileiras	62
3.11.1. Constituição de 1824	62
3.11.2. Constituição de 1891	65
3.11.3. Constituição de 1934	65
3.11.4. Constituição de 1937	66
3.11.5. Constituição de 1946	67
3.11.6. Constituição de 1967/1969	68
3.11.7. Constituição de 1988	69
3.11.8. A Constituição de 1988 e seu papel dirigente	71
3.12. Interpretação constitucional	72
3.12.1. Necessidade de uma interpretação sistêmica da Constituição	73
3.12.2. Peculiaridades da interpretação constitucional	74
3.12.3. Inicialidade da Constituição	75
3.12.4. Conteúdo político	75
3.12.5. Linguagem em forma sintética	76
3.12.6. Predominância das normas de estrutura na Constituição	76
3.12.7. Princípio da presunção de constitucionalidade das normas infraconstitucionais	77
3.12.8. Métodos clássicos de interpretação constitucional	77
3.12.9. Classificação da interpretação quanto à origem	78
3.12.10. A tópica de Theodor Viehweg	78
3.12.11. A metódica estruturante de Friedrich Müller	79
3.13. A Constituição analisada sob um aspecto sistêmico	80
Capítulo IV – Eficácia das Normas Constitucionais	85
4.1. Normas constitucionais de eficácia absoluta	87
4.2. Normas constitucionais de eficácia plena	88
4.3. Normas constitucionais de eficácia limitada	89
4.4. Normas programáticas	89

4.5. Normas de princípios institutivos	91
4.6. Normas de eficácia contida	92
Capítulo V – Aplicabilidade das Normas Constitucionais no Tempo	95
5.1. Desconstitucionalização.	95
5.2. Repristinação	96
5.3. <i>Vacatio constitutionis</i>	96
5.4. Recepção das normas infraconstitucionais	97
Capítulo VI – Preâmbulo Constitucional	99
Capítulo VII – Princípios Fundamentais.	103
7.1. Princípios e regras	103
7.1.1. “Conceitos jurídicos indeterminados”	106
7.2. Princípios fundamentais.	107
7.3. Regime democrático	108
7.4. Formas de Estado: unitário e federal	110
7.5. Formas de governo: monarquia e república.	112
7.5.1. Republicanismo.	114
7.6. Sistemas de governo: parlamentarismo e presidencialismo.	117
7.7. Fundamentos da República Federativa do Brasil.	119
7.7.1. Soberania.	119
7.7.2. Cidadania	122
7.7.3. Dignidade da pessoa humana	123
7.7.3.1. Fundamentação do princípio da dignidade humana.	125
7.7.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa	125
7.7.5. Pluralismo político	126
7.8. Legitimação do poder	127
7.9. Separação de poderes.	128
7.10. Objetivos fundamentais	129
7.11. Princípios constitucionais internacionais.	130
Capítulo VIII – Teoria Geral dos Direitos Humanos	133
8.1. Introdução	133
8.2. Direitos humanos	134
8.3. Tentativa de conceituação dos direitos fundamentais	136
8.4. Retrospectiva histórica dos direitos humanos	141
8.5. Evolução das Principais Declarações de Direitos	145
8.5.1. <i>Magna Charta Libertatum</i> (1215)	145
8.5.2. A Carta da Virgínia (1606)	146
8.5.3. <i>Petition of Rights</i> (1628).	147
8.5.4. <i>Bill of Rights</i> (1689)	148
8.5.5. Declaração de Direitos da Virgínia (1776)	149
8.5.6. Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776).	150
8.5.7. Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão (1789).	152
8.5.8. Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado (1917).	153
8.5.9. Declaração de Direitos do Homem (1948)	155
8.6. Classificação dos direitos humanos	156
8.7. Evolução dos direitos humanos	157
8.8. Dimensões subjetiva e objetiva dos direitos humanos.	161

8.8.1. Dimensão subjetiva	161
8.8.2. Dimensão objetiva	161
8.9. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	162
8.10. Funções dos direitos humanos	163
8.10.1. Função de defesa	163
8.10.2. Função de prestação	163
8.10.3. Função de proteção perante terceiros	164
8.10.4. Função de não discriminação	164
8.11. Características dos direitos humanos	164
8.11.1. Historicidade	165
8.11.2. Universalidade	165
8.11.3. Inalienabilidade	165
8.11.4. Imprescritibilidade	166
8.11.5. Irrenunciabilidade	166
8.11.6. Limitabilidade	166
8.11.7. Concorrência	167
8.11.8. Constitucionalização	167
8.12. Limitação horizontal dos direitos humanos e o princípio da proporcionalidade	168
8.13. Tolerância	171
8.14. Eficácia horizontal dos direitos humanos (<i>Drittwirkung</i>)	171
Capítulo IX – Direitos Individuais e Coletivos	173
9.1. Direito à vida	175
9.1.1. Quando começa a vida humana	176
9.2. Direito à liberdade	178
9.3. Isonomia	179
9.4. Isonomia de sexo	182
9.5. Compatibilidade entre as ações afirmativas e o princípio da isonomia	183
9.6. Princípio da legalidade	186
9.6.1. Jurisprudencialização	188
9.7. Direito de resistência	190
9.8. Princípio da liberdade de locomoção	191
9.9. Princípio da liberdade profissional	192
9.10. Princípio da liberdade de pensamento	192
9.10.1. Pensamento	192
9.10.2. Direito à informação pelos órgãos públicos	193
9.10.3. Liberdade de expressão de pensamento	194
9.10.4. Restrições à liberdade de pensamento	196
9.10.5. Ressarcimento do dano	196
9.10.6. Liberdade de consciência	198
9.10.7. Liberdade de crença	198
9.10.8. Escusa de consciência	199
9.11. Direito de privacidade	199
9.12. Direito à inviolabilidade de domicílio	201
9.13. Direito à inviolabilidade de comunicação	203
9.14. Direitos coletivos	208
9.14.1. Direito de reunião	208
9.14.2. Direito de associação	209
9.15. Direito de propriedade e sua função social	210
9.15.1. Exceções ao direito de propriedade	211

9.15.2. Defesa da pequena propriedade rural	212
9.15.3. Direito à herança	212
9.15.4. Propriedade imaterial	213
Capítulo X – Garantias Constitucionais Processuais	215
10.1. Direito processual constitucional e direito constitucional processual	215
10.2. Direito de petição	216
10.3. Princípio da universalidade de jurisdição e princípio do acesso ao Poder Judiciário	217
10.4. Duplo grau de jurisdição	218
10.5. Princípio da irretroatividade mitigada	219
10.6. Vedação de tribunais de exceção e juiz natural	221
10.7. Soberania do Tribunal do Júri	221
10.7.1. Garantias do Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII, <i>a, b e c</i> , da CF)	222
10.8. Princípio da legalidade penal	223
10.9. Crime de racismo e crimes hediondos	224
10.10. Penas permitidas e proibidas	225
10.11. Princípio do devido processo legal	227
10.12. Vedação à extradição de nacionais	229
10.13. Garantias processuais dos presos (art. 5º, XLVIII, L e LXI a LXVII, da CF)	234
10.14. Prisão civil	235
10.15. Direito à duração razoável do processo	237
Capítulo XI – Remédios Constitucionais, Garantias Constitucionais e <i>Writs</i> Constitucionais	239
11.1. <i>Habeas corpus</i>	241
11.2. Mandado de segurança	244
11.2.1. Procedimento do mandado de segurança	246
11.2.2. Mandado de segurança coletivo	250
11.3. Mandado de injunção	256
11.4. <i>Habeas data</i>	261
11.4.1. Fase pré-processual	263
11.4.2. Fase judicial	263
11.5. Ação popular	264
11.6. Ação civil pública	266
11.6.1. Competência	267
11.6.2. Legitimidade	268
11.6.3. Inquérito civil	269
11.6.4. Compromisso de ajustamento de conduta	269
11.6.5. Coisa julgada	270
11.6.6. Sucumbência	270
Capítulo XII – Aplicabilidade Imediata dos Direitos e Garantias Fundamentais e o seu Caráter Exemplificativo	271
12.1. Aplicabilidade imediata dos direitos e garantias fundamentais	271
12.2. Princípio exemplificativo dos direitos e garantias fundamentais	272
12.3. A constitucionalização dos tratados e convenções internacionais	273
12.4. A jurisdição do Tribunal Penal Internacional	275
Capítulo XIII – Direitos Sociais	277
13.1. Definição dos direitos sociais	279
13.1.1. Enquadramento dos Direitos Sociais	286
13.1.2. Coercitividade dos Direitos Sociais	288

13.1.3. Direitos individuais dos trabalhadores	291
13.1.4. Garantia de emprego	291
13.1.5. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	291
13.1.6. Seguro-desemprego	292
13.1.7. Salário-mínimo	292
13.1.8. Condições dignas de trabalho, repouso e inatividade	293
13.1.9. Proteção	295
13.1.10. Estipulação da jornada de trabalho	295
13.1.11. Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho	296
13.1.12. Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas	297
13.1.13. Proteção em face da automação	297
13.1.14. Participação nos lucros e cogestão	297
13.1.15. Vantagens salariais	299
13.1.16. Vedações nas relações trabalhistas	300
13.1.17. Prazo prescricional	301
13.2. <i>Entrenchment</i> dos direitos sociais	302
13.2.1. Estabelecimento dos parâmetros do <i>entrenchment</i>	306
13.2.2. Extensão do <i>entrenchment</i> . O conteúdo mínimo dos direitos fundamentais	307
13.2.3. Reserva do possível	311
13.3. Direitos coletivos dos trabalhadores	313
13.3.1. Liberdade de associação profissional ou sindical	313
13.3.2. Liberdade sindical	313
13.3.3. Liberdade de adesão sindical	314
13.3.4. Liberdade de atuação sindical	314
13.3.5. Proteção aos dirigentes sindicais	314
13.3.6. Greve	314
13.3.7. Substituição processual	316
13.3.8. Participação laboral	316
13.3.9. Representação na empresa	316
Capítulo XIV – Nacionalidade	317
14.1. Exceções ao <i>jus soli</i>	319
14.2. Formas de naturalização	320
14.3. Princípio da reciprocidade	321
14.4. Exceções à igualdade entre brasileiros natos e naturalizados	321
14.5. Outras distinções entre brasileiros natos e naturalizados	322
14.6. Perda da nacionalidade do brasileiro	322
14.7. Casos de dupla nacionalidade permitidos pelo Brasil	323
14.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira	323
14.9. Condição jurídica do estrangeiro residente no Brasil	325
14.10. Limites territoriais do Brasil para a configuração do <i>jus soli</i>	325
14.11. Língua oficial e símbolos nacionais	326
Capítulo XV – Direitos Políticos	327
15.1. A soberania popular e a soberania da nação	327
15.2. Legitimação democrática	328
15.3. Institutos da democracia participativa	329
15.4. Representação política	331
15.5. Sistemas eleitorais	332
15.6. Alistamento eleitoral e voto	333

15.7. Condições de elegibilidade	333
15.8. Reeleição	334
15.9. Inelegibilidade	335
15.10. Elegibilidade do militar	337
15.11. Ação de impugnação	338
15.12. Perda e suspensão dos direitos políticos	338
15.13. Princípio da anterioridade eleitoral e impedimento da <i>vacatio legis</i>	339
Capítulo XVI – Partidos Políticos.	343
16.1. Histórico.	343
16.2. Criação.	344
16.3. Princípios partidários.	345
16.4. Quociente eleitoral.	346
16.5. Fidelidade partidária	347
16.6. Processo de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária	351
16.7. Fidelidade partidária antes da Resolução nº 22.526/2007	352
Capítulo XVII – Organização Político-Administrativa	355
17.1. Desmembramento dos Estados-membros e dos Municípios	355
17.1.1. Requisitos para o desmembramento de Estado-membro	356
17.1.2. Requisitos para o desmembramento de Município	356
17.2. Vedações aos entes federativos	357
17.3. Bens da União	358
Capítulo XVIII – Competência Federativa	361
18.1. Competência exclusiva da União.	363
18.2. Competência privativa.	365
18.3. Competência comum	366
18.4. Competência concorrente.	368
18.5. Competência dos Estados federados	370
18.5.1. Competência residual	370
18.5.2. Competência de organização administrativa.	371
18.6. Conflito na repartição de competência.	371
18.7. Bens dos Estados-membros	372
18.8. Organização política dos Estados-membros	373
18.9. A estrutura constitucional dos Municípios.	374
18.10. Competência municipal	375
18.11. Organização política dos Municípios.	378
18.12. Fiscalização municipal.	383
18.13. Distrito Federal	384
18.14. Territórios.	385
Capítulo XIX – Intervenção	389
19.1. Intervenção estadual e municipal.	390
19.2. Tipos de intervenção	391
19.3. Concretização da intervenção	392
19.4. Limites da intervenção federal.	395
19.5. Natureza da intervenção.	395
19.6. Motivos da intervenção nos Estados	396
19.7. Motivos da intervenção nos Municípios	397
19.8. Requisitos para a decretação da intervenção	398

Capítulo XX – Administração Pública	401
20.1. Considerações preliminares	401
20.2. Princípios da administração pública	402
20.2.1. Princípio da legalidade	402
20.2.2. Princípio da moralidade	404
20.2.3. Princípio da impessoalidade	404
20.2.4. Princípio da publicidade	405
20.2.5. Princípio da eficiência	405
20.2.5.1. Características do princípio da eficiência	406
20.3. Princípios implícitos da administração pública	407
20.3.1. Princípio da supremacia do interesse público	407
20.3.2. Princípio da finalidade	408
20.3.3. Princípio da motivação	408
20.3.4. Princípio da responsabilidade estatal	409
20.4. Investidura na administração pública	409
20.5. Direito de greve dos servidores públicos	413
20.6. Remuneração dos servidores públicos	415
20.7. Vedação de acumulação de cargo, função ou emprego público	417
20.8. Improbidade administrativa	418
20.9. Responsabilidade da Administração Pública	421
20.10. Licitação para contratação de obras, serviços, compra e alienações pela Administração Pública	423
20.11. Publicidade dos órgãos públicos	430
20.12. Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos	431
20.12.1. Pressupostos necessários à sua configuração	432
20.12.2. Hipóteses de responsabilidade civil por atos legislativos	434
20.13. Perda de cargo ou emprego público	435
20.14. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	437
Capítulo XXI – Regime previdenciário dos servidores públicos	439
21.1. Regime previdenciário dos servidores públicos	439
21.2. Natureza do regime previdenciário dos servidores públicos	441
21.3. Previdência complementar	442
21.4. Aposentadoria dos futuros servidores	443
21.5. Requisitos para a aposentadoria com proventos integrais	445
21.6. Aposentadoria proporcional	446
21.7. Pedágio para a aposentadoria pela regra de transição	446
21.8. Abono de permanência	449
21.9. Novas regras das pensões	449
21.10. Teto salarial	450
21.11. Sistema previdenciário dos Estados, Municípios e Distrito Federal	453
21.12. Transição para os servidores que começaram a trabalhar mais cedo	454
21.13. Aposentadoria especial	455
21.14. Doenças incapacitantes	455
21.15. Contribuição dos inativos	455
21.15.1. Proteção parcial dos direitos adquiridos	456
21.16. A contribuição dos inativos e o direito adquirido	457
21.17. Outras inconstitucionalidades da reforma previdenciária	460
21.18. Decisão do Supremo Tribunal Federal sobre contribuição previdenciária	463

Capítulo XXII – Regiões	465
Capítulo XXIII – Poder Legislativo	467
23.1. <i>Quorum</i>	470
23.2. Atribuições do Congresso Nacional	471
23.2.1. Atribuição legislativa imprópria	472
23.2.2. Atribuição legislativa própria	473
23.2.3. Direito de convocação	474
23.2.4. Direito de audiência	475
23.2.5. Direito de informação administrativa	475
23.3. Atribuições da Câmara dos Deputados	475
23.4. Atribuições do Senado	476
23.5. Imunidades parlamentares e perda de mandato	478
23.5.1. Requisitos para abertura de processo contra parlamentares (imunidade formal)	481
23.5.2. Extensão da imunidade	483
23.5.3. Impedimentos dos parlamentares	484
23.5.4. Perda do mandato	485
23.5.5. Investidura, pelos parlamentares, em outros cargos	486
23.5.6. Licenças	487
23.6. Reunião	487
23.6.1. Sessões extraordinárias	489
23.6.2. Sessões conjuntas	489
23.7. Comissão representativa	491
23.8. Comissões	491
23.9. Comissões Parlamentares de Inquérito	492
23.9.1. Princípio da colegialidade	495
Capítulo XXIV – Processo Legislativo	497
24.1. Da não existência de hierarquização no art. 59 da CF	498
24.2. Emendas constitucionais	500
24.2.1. Limites materiais	500
24.2.2. Limites temporais	503
24.2.3. Limites circunstanciais	503
24.2.4. Procedimento das emendas	505
24.3. Leis complementares	507
24.4. Leis ordinárias. Procedimento ordinário	508
24.5. Procedimento sumário	516
24.6. Procedimento sumaríssimo	517
24.7. Procedimento legislativo abreviado	517
24.8. Procedimento legislativo concentrado	517
24.9. Procedimento legislativo especial	517
24.10. Leis delegadas	518
24.11. Medidas provisórias	519
24.11.1. Medidas provisórias editadas por governadores	526
24.12. Lei federal e lei nacional	527
24.13. Decretos legislativos e resoluções	527
24.14. Tratados internacionais	528
24.15. Leis orçamentárias	530

Capítulo XXV – Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	533
Capítulo XXVI – Poder Executivo	541
26.1. Competência do Presidente da República	543
26.2. Ministros de Estado	546
26.3. <i>Impeachment</i>	546
26.3.1. Histórico	546
26.3.2. Crimes de responsabilidade	548
26.3.3. Crimes comuns	549
26.3.4. Procedimento nos crimes de responsabilidade	549
26.3.5. Procedimento nos crimes comuns	551
26.3.6. Sanção	552
26.3.7. Responsabilidade relativa do Presidente da República	552
26.3.8. Competência do STF para julgamento dos crimes comuns	553
26.3.9. Competência do STJ para julgamento dos crimes comuns	553
Capítulo XXVII – Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	555
27.1. Conselho da República	555
27.2. Conselho de Defesa Nacional	556
Capítulo XXVIII – Poder Judiciário	559
28.1. Estrutura do Poder Judiciário	559
28.2. Obrigatoriedade de três anos de exercício de atividades jurídicas	563
28.3. Introdução de parâmetros objetivos de aferição por merecimento	565
28.4. Recusa do juiz mais antigo	567
28.5. Impedimento de promoção	568
28.6. Critérios de acesso aos tribunais de segundo grau	569
28.7. Cursos de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados	569
28.8. Obrigatoriedade de residência na comarca	570
28.9. Remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados	571
28.10. Publicidade dos julgamentos e eleição para a composição do Órgão Especial	572
28.11. Agilização da prestação jurisdicional	574
28.12. Quinto constitucional nos tribunais	576
28.13. Juizados Especiais e Justiça de Paz	577
28.14. Autonomia do Poder Judiciário	578
28.15. Supremo Tribunal Federal	580
28.16. Extensão dos efeitos vinculantes da decisão	584
28.17. Súmula vinculante	585
28.18. Súmulas vinculantes publicadas pelo Supremo Tribunal Federal	588
28.19. Conselho Nacional de Justiça	601
28.20. A constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	604
28.21. A Resolução nº 7, do Conselho Nacional de Justiça	605
28.22. Superior Tribunal de Justiça	605
28.23. Recurso extraordinário e recurso especial	610
28.24. Repercussão geral dos recursos extraordinários	612
28.25. Tribunais Regionais Federais e juizes federais	614
28.25.1. Julgamento de crimes contra direitos humanos pela Justiça Federal	617
28.26. Tribunais e juizes do trabalho	618
28.26.1. Regulamentação do Superior Tribunal do Trabalho	618
28.26.2. Criação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	620
28.26.3. Varas da Justiça do Trabalho	620

28.26.4. Competência da Justiça do Trabalho.....	620
28.26.5. Tribunais Regionais do Trabalho	628
28.27. Tribunais e juízes eleitorais	629
28.28. Tribunais e juízes militares	631
28.29. Tribunais e juízes dos Estados	633
28.30. Precatórios	635
Capítulo XXIX – Jurisdição Constitucional	643
29.1. Conceito de jurisdição	643
29.2. Classificação da jurisdição	644
29.3. Definição de jurisdição constitucional	646
29.4. Natureza da jurisdição constitucional	647
29.5. Função da jurisdição constitucional	649
Capítulo XXX – Controle de Constitucionalidade	653
30.1. Fundamentação	653
30.2. Natureza do ato declarado inconstitucional	655
30.3. Histórico	656
30.4. Retrospectiva do controle de constitucionalidade nas Constituições brasileiras	658
30.5. Órgãos de controle de constitucionalidade	660
30.6. Tipos de inconstitucionalidade	662
30.7. Momentos de incidência do controle de constitucionalidade	666
30.8. Controle das normas constitucionais no tempo	669
30.9. Extensão da inconstitucionalidade	671
30.10. Ação direta de inconstitucionalidade – ADIn	672
30.11. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	676
30.12. Ação declaratória de constitucionalidade – ADC	684
30.13. Ação direta interventiva	687
30.14. Arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF	689
30.14.1. Competência	691
30.14.2. Inovações	692
30.14.3. Procedimento	693
30.14.4. Princípio da subsidiariedade	695
30.14.5. Analogia com o recurso constitucional alemão	697
30.14.6. Incidente de constitucionalidade e a sua inconstitucionalidade	698
30.15. Controle difuso ou por via de exceção	700
30.16. Modulação de efeitos em sede de controle difuso	705
30.17. Transcendência dos motivos em ações diretas	707
30.18. Efeito vinculante em sede de controle difuso?	708
30.19. O controle difuso e a reserva de plenário	710
30.20. Controle de constitucionalidade em nível estadual e municipal	712
30.21. Interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto ..	715
30.22. Procedimento do sistema concentrado de controle de constitucionalidade. Lei nº 9.868/1999 (ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade)	717
30.23. Bloco de constitucionalidade	723
30.24. Inconstitucionalidade da coisa julgada	726
Capítulo XXXI – Funções Essenciais à Justiça	731
31.1. Ministério Público	732
31.1.1. Natureza do Ministério Público	734
31.1.2. Princípios institucionais (art. 127, § 1º, da CF)	735

31.1.2.1. Unidade	735
31.1.2.2. Indivisibilidade	736
31.1.2.3. Independência funcional	737
31.1.3. Garantias	737
31.1.3.1. Vitaliciedade	738
31.1.3.2. Inamovibilidade	738
31.1.3.3. Irredutibilidade de subsídios	738
31.1.4. Vedações	738
31.1.5. Autonomia administrativa e funcional	739
31.1.6. Autonomia financeira e proposta orçamentária do Ministério Público	740
31.1.7. Provimento	741
31.1.8. Funções institucionais	741
31.2. Controle “externo” do Ministério Público	742
31.3. Advocacia pública	744
31.4. Advogados	746
31.5. Defensoria Pública	750
31.6. Autonomia da Defensoria Pública	752
Capítulo XXXII – Estado de Excepcionalidade Legal	755
32.1. Histórico	756
32.2. Estado de defesa	757
32.3. Motivos para a instalação do estado de defesa	758
32.4. Medidas do estado de defesa	758
32.5. Estado de sítio	759
32.6. Motivos para a instalação do estado de sítio	760
32.7. Medidas do estado de sítio	761
32.8. Disposições gerais do estado de sítio e de defesa	762
Capítulo XXXIII – Forças Armadas	763
Capítulo XXXIV – Segurança Pública	769
Capítulo XXXV – Sistema Tributário Nacional	773
35.1. Princípios gerais	773
35.1.1. Conceito de tributo	773
35.1.2. Espécies de tributos	774
35.1.2.1. Impostos	774
35.1.2.2. Taxas	775
35.1.2.3. Contribuição de melhoria	775
35.1.3. Capacidade contributiva	776
35.1.4. Regulamentação através de lei complementar	776
35.1.5. Tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte	777
35.1.6. Arrecadação no Território Federal	777
35.1.7. Empréstimo compulsório	778
35.1.8. Contribuições	778
35.2. Limitações ao poder de tributar	780
35.2.1. Princípio da legalidade tributária	780
35.2.2. Princípio da isonomia	780
35.2.3. Princípio da irretroatividade	781

35.2.4. Princípio da anterioridade	781
35.2.5. Princípio da noventena	782
35.2.6. Princípio da proibição de confisco	782
35.2.7. Liberdade de tráfego	783
35.2.8. Imunidade tributária	784
35.2.8.1. Imunidade recíproca	784
35.2.8.2. Imunidade dos templos de qualquer natureza	785
35.2.8.3. Imunidade dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos	785
35.2.8.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	786
35.3. Exoneração tributária	786
35.4. Substituição tributária	786
35.5. Vedações à União	787
35.6. Vedação de diferenças tributárias em razão da procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	787
35.7. Impostos da União	788
35.7.1. Imposto de importação e exportação sobre comércio exterior	788
35.7.2. Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza	788
35.7.3. Imposto sobre Produtos Industrializados	789
35.7.4. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	789
35.7.5. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural	790
35.7.6. Imposto sobre grandes fortunas	791
35.7.7. Competência residual e impostos extraordinários	791
35.8. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	791
35.8.1. Imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação	791
35.8.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço – ICMS	792
35.8.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	793
35.9. Impostos municipais	794
35.9.1. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	794
35.9.2. Imposto de transmissão <i>inter vivos</i>	794
35.9.3. Imposto sobre Serviços – ISS	795
35.10. Repartição das receitas tributárias	795
35.10.1. Repartição direta aos Estados e ao Distrito Federal	796
35.10.2. Repartição direta aos Municípios	796
35.10.3. Repartição indireta por parte da União	797
35.10.4. Vedação de retenção	797
Capítulo XXXVI – Finanças Públicas	799
36.1. Normas gerais	799
36.2. Leis orçamentárias	801
36.3. Procedimento de confecção das leis orçamentárias	803
36.4. Vedações às leis orçamentárias	804
36.5. Despesas de pessoal	806
Capítulo XXXVII – Da Ordem Econômica e Financeira	809
37.1. Dos princípios gerais da atividade econômica	810
37.2. Intervenção do Estado na economia	813

37.3. O Estado como agente normativo	815
37.4. Prestação de serviço público por parte do Estado	816
37.5. Regulamentação dos recursos minerais e potenciais de energia hidráulica.	817
37.6. Política urbana	819
37.7. Desapropriação de imóveis urbanos	820
37.8. Usucapião urbano.	820
37.9. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	821
37.10. Usucapião rural	823
Capítulo XXXVIII – Sistema Financeiro Nacional	825
38.1. Correção da impropriedade temática	825
38.2. Nova estruturação do art. 192	826
38.3. Modificação do art. 52 do ADCT.	828
Capítulo XXXIX – Ordem Social.	829
39.1. Seguridade social.	830
39.1.1. Diversidade de financiamento.	830
39.2. Saúde	832
39.2.1. Conceituação do direito à saúde	835
39.2.2. Efetivação do direito à saúde	838
39.3. Previdência Social	841
39.4. Assistência social	845
39.5. Educação	846
39.6. Cultura	850
39.7. Desporto.	853
39.8. Ciência e tecnologia.	854
39.9. Comunicação social.	855
39.10. Meio ambiente	859
39.11. Família	863
39.12. Índios	869
Bibliografia	871